

IC - Inquérito Civil n. 06.2020.00001149-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por intermédio da Promotora subscrevente, SIMONE CRISTINA SCHULTZ, titular da **21ª Promotoria de Justiça de Joinville – Curadoria do Meio Ambiente Natural e Defesa dos Direitos dos Animais**, e **AGN SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 02.526.491/0001-34, com sede na rua Quinze de Novembro, 2075, Glória, Joinville/SC, CEP 89.216-199, *e-mail* fabiane@emtucu.com.br, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, representada, conforme documento anexo, por ANNETTE CORRÊA GAYOSO NEVES, inscrita no CPF sob o n. 003.876.819-49, portadora da Carteira de Identidade (RG) n. 98.890-SSP/SC, com endereço Rua Porto Unia, 900, Anita Garibaldi, Joinville, SC, CEP 89.203-460, *e-mail* fabiane@emtucu.com.br.

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, sem prejuízo de outras que lhe forem conferidas, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III e IX, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que "a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana" (art. 2º, *caput*, da Lei n. 6.938/1981);

CONSIDERANDO que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados" (art. 225, §3º, da Constituição Federal e art. 2º e 3º da Lei n. 9.605/1998);

CONSIDERANDO que a responsabilidade civil decorrente de danos ambientais é: **I. informada pela teoria do risco integral** e, como tal, **objetiva** (art. 14, §1º da Lei n. 6.938/1981, combinado com o art. 927 do Código Civil, Temas 707, 681 e 438, Jurisprudência em Teses n. 119, itens 1, 2 e 4, e n. 30, item 10, e Informativos n. 545 e 507/STJ); **II. solidária**, razão pela qual, em regra, classifica-se como **facultativo o litisconsócio** formado em ação civil pública (Tema 315, Jurisprudência em Teses n. 30, item 7, e Informativo n. 360/STJ); **III. propter rem**, de sorte que as demandas podem ser dirigidas tanto ao proprietário ou possuidor atual de imóvel quanto aos anteriores, a critério do credor (Súmula 623, Jurisprudência em Teses n. 119, item 2, e n. 30, item 9, e Informativo n. 439/STJ); **IV. ilimitada**¹; e **V. imprescritível** (Tema 999/STF e Jurisprudência em Teses n. 119, item 5, e Informativo n. 415/STJ);

CONSIDERANDO que **não há direito adquirido a poluir**, degradar ou, em geral, manter situação que gere prejuízo ao meio ambiente, **tampouco** "[...] **se admite a aplicação da teoria do fato consumado** em tema de Direito Ambiental" (Súmula 613 e Jurisprudência em Teses n. 119, itens 8 e 9, e n. 30/STJ, item 3);

CONSIDERANDO as informações colacionadas nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001149-3, instaurado para apurar degradação ambiental perpetrada pela COMPROMISSÁRIA em imóvel de sua propriedade, localizado na rua Paraíba (matriculado sob o n. 17.344 e com Inscrição Imobiliária n.

¹ Vide: **REsp 1787748/RS**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 14/09/2020; **REsp 1816808/SP**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2019, DJe 11/09/2020; **REsp 1778729/PA**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 11/09/2020; **AgInt no AREsp 1235040/MG**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 20/08/2018; **AgInt no AREsp 1100789/SP**, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 15/12/2017.

13-20-2-69-1063), em frente àquele de n. 650, no bairro Anita Garibaldi, em Joinville/SC;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA emitiu, em fevereiro de 2018, a Autorização Simplificada para Corte de Vegetação – AuC n. 05/2018, que abrangia apenas 16 (dezesesseis) árvores;

CONSIDERANDO que o limite foi extrapolado, razão pela qual o órgão lavrou o Auto de Infração Ambiental – AIA n. 3575/2020, que deu origem ao Procedimento Administrativo Ambiental – PAA SEI n. 20.0.028694-6;

CONSIDERANDO que foram suprimidos cerca de 1.200m² (mil e duzentos metros quadrados) de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração, conforme indicado no Memorando SEI n. 5428299/2020 – SAMA.UGA.AVE, na Análise SEI n. 5428043/2020 – SAMA.UGA.AVE, na Verificação de dano Ambiental SEI n. 6076598 e no Laudo Pericial n. 9102.20.01175;

CONSIDERANDO que, diante da realização de terraplanagem irregular, emitiu-se o AIA n. 04005, que culminou na instauração do PAA n. 0171/2018 (SEI n. 20.0.026821-2);

CONSIDERANDO que as intervenções ocorreram entre janeiro e maio de 2018;

CONSIDERANDO que o Laudo Pericial n. 9102.20.01175 atestou, ainda, que **I.** ao menos 132 (cento e trinta e dois) indivíduos lenhosos foram suprimidos; **II.** as intervenções abrangiam área total de 2.260m² (dois mil duzentos e sessenta metros quadrados), incluindo alteração àquele tempo recente na cobertura do solo; **III.** o valor mínimo do dano ambiental provocado pela

supressão de vegetação totaliza R\$11.218,44 (onze mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), com base apenas na "[...] área do platô do terreno, levando em conta a maior densidade de indivíduos (aproximadamente 1.200 m)"; **IV.** havia indícios de terraplanagem no local, "[...] principalmente pelas características de corte de um talude que dá acesso à porção de maior elevação da área (notório pela inexistência de suavidade na transição entre o talude e a frente do imóvel)"; e **V.** "[...] imagem orbital histórica permite inferir que houve movimentação de terra, ainda que em pequenas dimensões, no interior da área. [...]";

CONSIDERANDO que o órgão do Ministério Público, nos inquéritos civis ou procedimentos preparatórios que instaurar, poderá formalizar "[...] compromisso do responsável quanto ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, ou das obrigações necessárias à integral reparação do dano, que terá eficácia de título executivo extrajudicial" (art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019);

CONSIDERANDO os demais permissivos e normativas atinentes ao tema (art. 5º, I e §6º, da Lei n. 7.347/1985, Resolução CNMP n. 179/2017, Ato n. 395/2018/PGJ e Assento n. 1/2013/CSMP);

RESOLVEM celebrar Compromisso de Ajustamento de Conduta, nos termos abaixo dispostos.

Cláusula 1ª. A COMPROMISSÁRIA se compromete elaborar Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD colimando a restauração e/ou recuperação integral da área do imóvel localizado na rua Paraíba (matriculado sob o n. 17.344 e com Inscrição Imobiliária n. 13-20-2-69-1063), em frente àquele de n. 650, no bairro Anita Garibaldi, em Joinville/SC;

Parágrafo único: O PRAD deverá:

I – ser submetido à aprovação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA em até 3 (três) meses, contados da assinatura deste termo, acostando-se aos autos, neste mesmo prazo, comprovação do protocolo;

- II – atender aos requisitos da Instrução Normativa SAMA n. 2/2018;
- III – contemplar a restauração integral dos danos indicados pela SAMA, nos moldes delineados pelo Órgão; e
- IV – se adequar às demais exigências eventualmente externadas pela SAMA.

Cláusula 2ª. A COMPROMISSÁRIA se compromete a iniciar a execução do PRAD em até 1 (um) mês, contado a partir de sua ciência acerca da aprovação pela SAMA.

Cláusula 3ª. Ao longo da execução do PRAD, a COMPROMISSÁRIA deverá apresentar relatórios de acompanhamento à SAMA, com cópia a esta Promotoria, na forma e periodicidade exigidas pelo órgão.

§1º – Caso não seja fixada pela SAMA, a periodicidade será trimestral;

§2º – A COMPROMISSÁRIA deverá remeter a esta Promotoria os resultados das análises do PRAD pela SAMA.

Cláusula 4ª. A COMPROMISSÁRIA se compromete a efetuar o pagamento de R\$11.218,44 (onze mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos) à vista, a título de compensação indenizatória pelos danos ambientais, em 1 (um) mês, contado da celebração deste instrumento, devendo acostar comprovação no mesmo prazo.

Parágrafo único. O valor, destinado ao Projeto de Implantação da Unidade de Recebimento e Triagem de Animais Silvestres na UNISOCIESC Joinville, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, deverá ser transferido² ao Banco Santander, **Agência 3176, Conta 13001586-9.**

Cláusula 5ª. O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial de natureza civil, coletiva ou individual, contra a
² SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.; CNPJ: 84.684.182/0001-57.

COMPROMISSÁRIA, desde que cumpridos os termos ajustados.

Cláusula 6ª. O descumprimento das obrigações pactuadas pela COMPROMISSÁRIA acarretará a imposição de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada atividade e prazo do cronograma físico de execução do PRAD ou deste acordo, que será revertida ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Cláusula 7ª. O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa a COMPROMISSÁRIA de satisfazer exigências previstas em outras normas, tampouco de observar o processo de licenciamento ambiental e imposições de ordem administrativa.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo em 2 (duas) vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial a partir da sua assinatura (Art. 1º, *caput*, da Resolução CNMP n. 179/2017 e art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ).

Joinville, 08 de outubro de 2021.

Assinado Digitalmente

Simone Cristina Schultz

Promotora de Justiça

AGN SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Compromissária

t